



João Monlevade/MG, 05 de março de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Prezados,

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

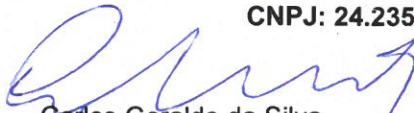
Data Base:	12/2020
Documentos:	(x) Balanço Patrimonial (x) Demonstração do Resultado (x) Demonstração do Resultado Abrangente (x) Demonstração dos Fluxos de Caixa (x) Notas Explicativas (x) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (x) Relatório de Auditoria Independente (x) Relatório da Administração
Data publicação:	26 de Fevereiro 2021
Sítio eletrônico publicação:	www.scoopcredibelgo.com.br


2. Informamos que a administração desta Cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro-Mecânicas de João Monlevade Ltda. - CREDIBELGO

CNPJ: 24.235.459/0001-32


Carlos Geraldo da Silva
Diretor Responsável pela Contabilidade


Delei Sérgio do Couto
Contador / CRC - 23.550

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro-Mecânicas de João Monlevade Ltda. - CREDIBELGO

Rua Louis Ensck, 314, bairro Alvorada - 35.930-045 - João Monlevade - MG
Tel: (31) 3852-6050 - (31) 3852-6198 www.scoopcredibelgo.com.br - scoopcredibelgo@scoopcredibelgo.com.br

ATIVO		31.12.2020	31.12.2019
Circulante		2.082.216,54	1.639.400,31
1.1.0.00.00-6	Disponibilidades	39.964,85	18.988,02
1.2.0.00.00-5	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
1.3.0.00.00-4	Títulos e Valores Mobiliários	1.080.147,97	357.601,47
1.4.0.00.00-3	Relações Interfinanceiras	-	-
1.5.0.00.00-2	Relações Interdependências	-	-
1.6.0.00.00-1	Operações de Crédito	915.779,81	1.009.941,80
1.8.0.00.00-9	Outros Créditos	45.141,40	251.192,02
1.9.0.00.00-8	Outros Valores e Bens	1.182,51	1.677,00
Não Circulante		2.746.579,51	3.072.896,26
Realizável a Longo Prazo		887.681,30	1.132.710,22
	Títulos e Valores Mobiliários		
	Operações de Crédito	887.681,30	1.132.710,22
	Outros Créditos		
		1.858.898,21	1.940.186,04
2.1.0.00.00-3	Investimentos	-	-
2.2.0.00.00-2	Imobilizado em Uso	1.858.898,21	1.940.186,04
2.4.0.00.00-0	Diferido	-	-
2.5.0.00.00-9	Intangível	-	-
TOTAL		4.828.796,05	4.712.296,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM: DEZ/2020 E JUN/2020

PASSIVO		31.12.2020	31.12.2019
Circulante		853.147,78	448.915,17
Depósitos		600.273,45	
4.1.1.00.00-0	Depósito à Vista	-	-
4.1.4.00.00-9	Depósito Sob Aviso	-	-
4.1.5.00.00-2	Depósito a Prazo	600.273,45	254.885,18
4.1.9.00.00-4	Outros Depósitos	-	-
4.3.0.00.00-5	Recursos de Aceite Cambial	-	-
4.4.0.00.00-4	Relações Interfinanceiras	-	-
4.5.0.00.00-3	Relações Interdependências	-	-
4.6.1.00.00-5	Empréstimos no País - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	-
4.6.2.00.00-8	Empréstimos no País - OUTRAS INSTIT	-	-
4.6.4.00.00-4	Repasses do País - INSTITUIÇÕES OFICIAS	-	-
Outras Obrigações		252.874,33	194.029,99
4.9.1.00.00-2	Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	-	891,36
4.9.3.00.00-8	Sociais e Estatutárias	193.693,68	124.865,10
4.9.4.00.00-1	Fiscais e Previdenciárias	19.426,98	18.230,79
4.9.9.00.00-6	Diversas	39.753,67	50.042,74
Não Circulante		-	-
Realizável a Longo Prazo		-	-
Depósito Sob Aviso			
Depósito a Prazo			
Empréstimos no País - INSTITUIÇÕES OFICIAIS			
Empréstimos no País - OUTRAS INSTIT			
Repasses do País - INSTITUIÇÕES OFICIAS			
Diversas			
5.0.0.00.00-5	Resultado de Exercícios Futuros	-	-
Patrimônio Líquido		3.975.648,27	4.263.381,40
6.1.1.00.00-4	Capital Social	2.628.759,17	2.805.171,68
6.1.3.00.00-0	Reserva de Capital	-	-
6.1.5.00.00-6	Reserva de Sobras	1.382.952,76	1.382.952,76
6.1.7.00.00-2	Sobras Acumuladas	(36.063,66)	75.256,96
TOTAL		4.828.796,05	4.712.296,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

ENCERRADO EM: DEZ/2020 E JUN/2

Em Reais

Descrição	2º SEMEST/2020	31.12.2020	31.12.2019
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	683.499,77	1.366.905,17	1.293.186,42
Operações de Crédito	683.499,77	1.366.905,17	1.293.186,42
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. E Instr. Financeiros	-	-	-
Renda de aplicação interfinanceira de liquidez	-	-	-
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(275.881,49)	(419.466,25)	(268.848,44)
Operações de Captação no Mercado	(3.456,00)	(7.672,15)	(10.779,30)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	(32.744,53)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
Provisão para Operações de Créditos	(272.425,49)	(411.794,10)	(225.324,61)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	407.618,28	947.438,92	1.024.337,98
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS	(500.242,16)	(1.027.253,33)	(1.184.361,55)
Rendas Creditos Vinc.Credito Rural	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	-	-	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	-	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	-	-	-
Ingressos de Depositos Intercooper.	-	-	6.572,80
Dispêndio/Despesas de Pessoal	(300.368,60)	(615.391,98)	(577.996,95)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(282.536,09)	(573.260,47)	(789.503,77)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(2.064,44)	(4.286,31)	(2.687,88)
Outras receitas operacionais	87.334,10	174.485,91	183.772,42
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(2.607,13)	(8.800,48)	(4.518,17)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	(92.623,88)	(79.814,41)	(160.023,57)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12.404,53	43.750,75	263.458,01
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(80.219,35)	(36.063,66)	103.434,44
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	-	-	-
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	(80.219,35)	(36.063,66)	103.434,44
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(9.363,26)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	(80.219,35)	(36.063,66)	94.071,18
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	-	-	(18.814,22)
F A T E S	-	-	(9.407,11)
Reserva Legal	-	-	(9.407,11)
F A T E S - ATOS NÃO COOPERATIVOS	-	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	(80.219,35)	(36.063,66)	75.256,96

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS
EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO-MECÂNICAS DE
JOÃO MONLEVADE LTDA – CREDIBELGO.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE 2020/2019

	2º SEMEST 2020	ANO 2020	ANO 2019
Sobras/Perdas Líquidas	(80.219,55)	(36.063,66)	75.236,96
Outros Resultados Abrangentes	---	-----	---
Total de Resultados Abrangentes	(80.219,55)	(36.063,66)	75.236,96

João Monlevade 31 de dezembro de 2020.

JOSÉ GERALDO DE SOUZA - Diretor Presidente

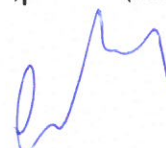
CARLOS GERALDO DA SILVA - Diretor Financeiro

REGINALDO BRAZ - Diretor Administrativo

Delci Sergio do Couto Contador CRC/MG 23.550

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2020	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	(80.219,35)	(36.063,66)	94.071,18
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Provisão para Operações de Crédito	(63.301,20)	(25.674,64)	(68.316,42)
Depreciações e Amortizações	61.468,93	119.891,01	121.314,56
Despesa de Juros ao Capital	-	-	-
	(82.051,62)	58.152,71	147.069,32
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	(662.843,31)	(722.546,50)	(305.933,07)
Relações Interfinanceiras	-	-	-
Relações Interdependências	-	-	-
Operações de Crédito	258.711,27	364.865,55	(9.342,56)
Outros Créditos	179.356,21	206.050,62	(248.273,86)
Outros Valores e Bens	3.366,69	494,49	95.747,47
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	-	-	-
Depósitos de Poupança	-	-	-
Depósitos sob Aviso	-	-	-
Depósitos a Prazo	369.269,44	345.388,27	143.045,58
Outros Depósitos	-	-	-
Outras Obrigações	30.624,20	58.844,34	14.875,88
Recur. de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias - LCA	-	-	-
Relações Interdependências	-	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(388.220,31)
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	96.432,88	311.249,48	(551.031,55)
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	-	-	613.468,27
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-	-
Aplicação no Intangível	-	-	-
Aplicação no Diferido	-	-	-
Outros Ajustes	-	-	19.565,35
Inversões em Imobilizado de Uso	(27.453,00)	(38.603,18)	(43.985,23)
Inversões em Investimentos	-	-	(44.820,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(27.453,00)	(38.603,18)	544.228,04
Atividades de Financiamentos			
Doação	-	-	-
Outros Fundos	-	-	-
Ao FATES	-	(45.154,18)	(20.000,00)
Reversão de Outros Fundos	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-
Incorporação de capital - Ex associados	-	-	-
Por Subscrição/Realização	182.118,60	355.990,90	400.920,62
Por Devolução (-)	(315.474,50)	(562.506,19)	(432.995,22)



Subscrição de Juros ao Capital
 Estorno Capital Subscrito
 Saldo das Incorporações
 IRRF sobre Juros ao Capital
 FATES - Atos Não Cooperativos
 FATES - Atos Cooperativos

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos

Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades

Modificações em Disponibilidades Líquida

No Início do Período

No Fim do Período

Varição Líquida das Disponibilidades

Diferença

Varição do Permanente - Diferença

-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	-
-	-	(9.407,11)
(133.355,90)	(251.669,47)	(61.481,71)
(64.376,02)	20.976,83	(68.285,22)
104.340,87	18.988,02	87.273,24
39.964,85	39.964,85	18.988,02
(64.376,02)	20.976,83	(68.285,22)
-	(0,00)	-
0,00	-	-

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 / 2019**

	Capital		Legal	Reservas de Sobras		Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar		Reserva de Capital	Estatutárias			Contingências	Totais
31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.833.583,30	-	1.373.545,65	-	-	-	23.662,98	-	4.230.791,93
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Destinação de Sobras Exercício Anterior									
Doação									
Outros Fundos									
Ao FATES									
Constituição de Reservas									
Reversão de Outros Fundos									
Juros ao Capital									
Em Conta Corrente do Associado									
Ao Capital	3.662,98						(3.662,98)		
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados									
Incorporação de capital - Ex associados									
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização	400.920,62								400.920,62
Por Devolução (-)	(432.955,22)								(432.955,22)
Reversões de Reservas									
Estorno Capital Subscrito									
Saldo das Incorporações									
Sobras ou Perdas Líquidas									
Provisão do Juros ao Capital									
Subscrição dos Juros ao Capital									
IRRF sobre Juros ao Capital									
FATES - Atos Não Cooperativos									
Destinação das Sobras ou Perdas:									
. Fundo de Reserva			9.407,11						
. F A T E S									
Saldo em 31/12/2019	2.805.171,68	-	1.382.952,76	-	-	-	75.256,96	(9.407,11)	4.263.381,40
DIFERENÇA									
Ajustes de Exercícios Anteriores									
Destinação de Sobras Exercício Anterior									
Doação									
Outros Fundos									
AO FATES									
Constituição de Reservas									
Reversão de Outros Fundos									
Em Conta Corrente do Associado									
Ao Capital									
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados									
Incorporação de capital - Ex associados									
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização	30.102,78								
Por Devolução (-)									
Reversões de Reservas									
Saldo das Incorporações									
Sobras ou Perdas Líquidas									
Provisão do Juros ao Capital									
Subscrição de Juros ao Capital									
IRRF sobre Juros ao Capital									
FATES - Atos Não Cooperativos									
Destinação das Sobras ou Perdas:									
. Fundo de Reserva									
. F A T E S									
Saldo em 31/12/2020	2.628.759,17	-	1.382.952,76	-	-	-	(36.063,66)	(9.407,11)	3.975.648,27
DIFERENÇA							0,00		
Saldo em 30/06/2020	2.762.115,07	-	1.382.952,76	-	-	-	44.155,69	-	4.189.223,52

COOPERATIVA DE ECONOMIA E DE CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO - MECÂNICAS DE JOÃO MONLEVADE LTDA – CREDIBELGO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.

1. Contexto Operacional

COOPERATIVA DE ECONOMIA E DE CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO - MECÂNICAS DE JOÃO MONLEVADE LTDA – CREDIBELGO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04 de junho de 1.967, permaneceu filiada à Cecemge até o dia 02/10/2019 conforme correspondência CA 049/2019- DIR e, a partir desta desfiliação, passou à condição de conveniada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.


A CREDIBELGO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela sua administração, em sua reunião datada de 14 de janeiro de 2021, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os





CREDIBELGO

pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis;

3. Resumo das principais práticas contábeis

a3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e, neste sentido, por determinação judicial, estão bloqueados da conta Bradesco da Credibelgo, visando a garantia de pagamento de processo ainda pendente de julgamento, o valor de R\$ 8.010,85.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, terrenos edificações, e as edificações em cursos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para





CREDIBELGO

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e do ano anterior, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Título de Renda Fixa	1.080.147,97	357.601,47
TOTAL	1.080.147,97	357.601,47

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Os recursos aplicados no mercado financeiro, através do Banco Santander, Brasil e Caixa Econômica Federal, somaram R\$ 1.080.147,97.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	1.006.116,52	994.886,54	2.001.003,06	2.365.868,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(90.336,72)	(107.205,23)	(197.541,95)	(223.216,59)
TOTAL	915.779,80	887.681,31	1.803.461,11	2.142.652,02

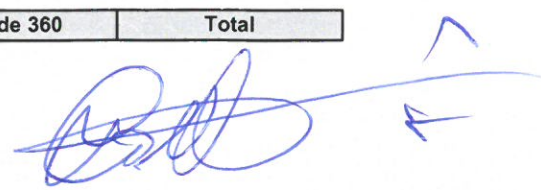
b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	1.486.418,83	1.486.418,83	7.432,09	1.508.621,56	7.543,11
B 1% Normal	34.096,71	34.096,71	340,97	136.840,83	1.368,41
B 1% Vencidas	129.855,93	129.855,93	1.298,56	86.766,74	867,66
C 3% Normal	10.035,74	10.035,74	301,07	93.869,95	2.816,10
C 3% Vencidas	43.761,83	43.761,83	1.312,86	81.000,40	2.430,01
D 10% Normal	2.182,00	2.182,00	218,20	46.399,02	4.639,90
D 10% Vencidas	12.481,59	12.481,59	1.248,16	73.662,51	7.366,25
E 30% Normal				32.202,48	9.660,74
E 30% Vencidas	70.521,41	70.521,41	21.156,42	52.202,79	15.660,84
F 50% Normal	7.222,00	7.222,00	3.611,00	24.085,96	12.042,98
F 50% Vencidas	44.338,00	44.338,00	22.169,00	114.190,19	57.095,09
G 70% Normal	26.231,51	26.231,51	18.362,05	13.732,35	9.612,64
G 70% Vencidas	45.886,47	45.886,47	32.120,53	33.936,64	23.755,65
H 100% Normal	27.372,48	27.372,48	27.372,48	37.922,84	37.922,84
H 100% Vencidas	60.598,56	60.598,56	60.598,56	30.434,35	30.434,35
Total Normal	1.593.259,27	1.593.259,27	57.637,86	1.893.674,99	85.606,72
Total Vencidos	407.743,79	407.743,79	139.904,09	1.093.383,25	137.609,87
Total Geral	2.001.003,06	2.001.003,06	197.541,95	2.365.868,61	223.216,59
Provisões	197.541,95	197.541,95		223.868,61	
Total Líquido	1.803.461,11	1.803.461,11		2.142.652,02	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
-----------	--------	---------------	--------------	-------



Empréstimos	403.340,35	602.776,17	994.886,54	2.001.003,06
TOTAL	403.340,35	602.776,17	994.886,54	2.001.003,06

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Pessoa Física	2.001.003,06	2.001.003,06	100%
TOTAL	2.001.003,06	2.001.003,06	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	223.216,59	291.533,01
Constituições / Reversões	132.664,89	231.774,26
Transferência para prejuízo	(158.339,53)	(300.090,68)
TOTAL	197.541,95	223.216,59

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	40.799,42	1,28%	38.467,70	1,63%
10 Maiores Devedores	314.630,87	15,72%	301.384,54	12,74%
50 Maiores Devedores	978.402,49	48,89%	1.041.736,03	44,07%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	621.189,63	419.691,15
Valor das operações transferidas no período	158.339,53	300.090,68
Valor das operações recuperadas no período	(189.148,46)	(98.592,20)
TOTAL	590.380,70	621.189,63

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos	1.177.756,71	1.194.594,22
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	189.148,46	98.592,20
Total	1.366.905,17	1.293.186,42

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a Receber		
Diversos (a)	325.521,71	252.387,18
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(280.380,31)	(1.195,16)
TOTAL	45.141,40	251.192,02

(a) Refere-se a títulos de créditos a receber pela venda de sua antiga sede, do valor de 280.380,31, e de créditos de Convênios e de tributos e contribuições a recuperar da Credibelgo.






7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não De Uso Próprio		
Despesas Antecipadas (a)	1.182,51	1.677,00
TOTAL	1.182,51	1.677,00

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a apólices de seguros de sua nova sede e de funcionários.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Terrenos (b)	110.000,00	110.000,00	0%
Edificações	1.672.605,76	1.672.605,76	4%
Instalações		59.312,00	10%
Móveis e equipamentos de Uso	327.462,60	203.753,08	10%
Outros Sistema de Comunicação	7.211,62	4.597,62	10%
Sistema de Processamento de Dados	56.243,50	56.243,50	20%
Sistema de Segurança	28.891,97	28.891,97	10%
Máquinas e Equipamentos		28.408,34	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(343.517,24)	(223.626,23)	
TOTAL	1.858.898,21	1.940.186,04	

9. Depósitos.

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito a Prazo	600.273,45	254.885,18
TOTAL	600.273,45	254.885,18

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	418.527,74	69,72%	84.281,04	33,06%
10 Maiores Depositantes	557.534,39	92,88%	222.039,97	87,11%

Despesas com operações de captação de mercado:



Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos a Prazo	7.672,15	10.779,30
Total	7.672,15	10.779,30

10. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		891,36
Sociais e Estatutárias	193.693,68	124.865,10
Fiscais e Previdenciárias	19.426,98	18.230,79
Diversas	39.753,67	50.042,74
TOTAL	252.874,33	194.029,99

10.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	7.621,35	9.407,11
Cotas de Capital a Pagar (b)	186.072,33	115.457,99
TOTAL	193.693,68	124.865,10

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% (dez por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

10.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Recolher	19.426,98	18.230,79
TOTAL	19.426,98	18.230,79

10.3 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	30.392,40	41.610,38
Credores Diversos – País (b)	9.361,27	8.432,36
TOTAL	39.753,67	50.042,74

(a) Provisão para pagamentos a efetuar refere-se às provisões trabalhista de Férias e de encargos sociais.

(b) Credores diversos referem-se a compromissos com fornecedores de bens e de serviços.



11. Instrumentos financeiros

A CREDIBELGO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	2.628.759,17	2.805.171,68
Associados	597	652

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

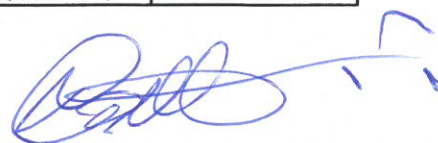
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de março de 2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 30.097,78.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	(36.163,66)	94.071,18
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	---	----
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	(36.163,66)	94.071,18
Destinações estatutárias		18.814,22
Reserva legal - 10%	--	9.407,11
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	--	9.407,11
Sobra à disposição da Assembleia Geral	(36.163,66)	75.256,96



13. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	43.750,75	263.458,01
Despesas específicas de atos não cooperativos		
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	44.515,20	264.260,03
Resultado operacional	(764,45)	(802,02)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(764,45)	(802,02)
Imposto de renda e da contribuição social	----	9.363,26
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(764,45)	(10.165,28)

14. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda - Reversão de Provisões Operacionais		7.787,41
Outras Rendas Operacionais (a)	166.497,57	183.772,43
TOTAL	123.908,07	191.559,83

(a) Refere-se à reversão de créditos lançados como perdas de risco de créditos.

15. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	8.800,48	3.447,55
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	3,70	3.703,10
TOTAL	8.804,18	7.150,65

16. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos de aplicação financeira	2.311,56	1.227,35
Prestação de serviços	111,20	47,11
Receitas de juros sobre título de crédito – NP -	41.348,39	19.031,92
Ganhos de Capital – Venda de ativos – antiga sede		
TOTAL	43.771,15	20.306,38

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de



operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas em 31 de dezembro de 2020:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 62.901,04	3,14%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 11.475,64	1,91%

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	62.901,04	316,01	3,14%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de, empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	3,25%	3,25%

No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédula de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$.162.431,72)	
Honorários	135.951,54
Cédula de Presença	26.480,18
TOTAIS	162.431,72

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado

18.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

- a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- b) avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez que evidenciem, no mínimo:
 - c.1) valor em Risco (*Value at Risk – VaR*);
 - c.2) limites máximos de risco de mercado;





CREDIBELGO

c.3) cenários de *stress* para risco de mercado;

d) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;

e) cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.

18.2 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).

18.3 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (Value at Risk – VaR), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

18.4 Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

3.5 Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do VaR) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

19 Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Liquidez

19.1. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;

b) produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;

c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:

c.1) limites mínimos de liquidez;

c.2) cenários de *stress* para risco de liquidez.

d) existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

19.2. O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.

20. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

20.1 A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;



CREDIBELGO

- b) estimaco (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparao dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;
- c) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposio ao risco de crédito;
- d) fornecimento de informaes gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- e) modelos para avaliao do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconmicas;
- f) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

20.2 O Sicoob mantm um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operao:

20.3 Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito so claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especializao, representao e racionalidade no mbito do Sicoob.

- a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operaes com base em garantias;
- b) h vrias metodologias de avaliao de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c) nas metodologias de avaliao de risco do cliente, consideram-se variveis específicas aos clientes e variveis setoriais;
- d) as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;
- e) as classificaes de risco subsidiam a alocao do crédito e a gesto da carteira de maneira sistmica;
- f) a metodologia de risco de operao contempla o contido na Resoluo CMN n 2.682/1999.

21. Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental

21.1 A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronizao dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informaes gerenciais periódicas s entidades do Sistema.

21.2 Os processos e procedimentos para anlise e monitoramento dos riscos socioambientais esto relacionados s operaes de crédito:

- a) as orientaes nos normativos internos abordam os princípios subjacentes s responsabilidades socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsvel, na organizao.

21.3 A exposio ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em considerao características do Cooperado e da operao.

22. Estrutura de Gerenciamento de Capital



CREDIBELGO

22.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

22.2 O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, cooperativas centrais e singulares.

22.3 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades.

22.4 São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

23. Estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios

23.1 A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:

- a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;
- b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;
- c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;
- d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

23.2 A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

23.3 Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

23.4 Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (*Recovery Time Objective – RTO*). Quanto menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

23.5 Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

23.6 Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.



CREDIBELGO

23.7 Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

23.8 O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

23.9 Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.

24. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2020.

João Monlevade, 14 de janeiro de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ GERALDO DE SOUZA – Diretor Presidente

CARLOS GERALDO DA SILVA – Diretor Financeiro

REGINALDO BRÁZ – Diretor Administrativo

DELCI SERGIO DO COUTO – Contador CRC/MG 23.550



MOORE

RTA-013-2021

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos
Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas
e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. –
CREDIBELGO**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o
relatório do auditor independente**





**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-013-2021

Ribeirão Preto SP, 12 de fevereiro de 2021.

À
**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e
Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO**
João Monlevade MG

Atenção do Senhor **Jose Geraldo de Souza**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Hélio Mazzi Júnior', positioned above the printed name.

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	12
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa.....	16
4 Títulos e valores mobiliários.....	16
5 Operações de crédito.....	16
6 Outros ativos financeiros.....	19
7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18
8 Imobilizado de uso, líquido.....	19
9 Depósitos	19
10 Outros passivos.....	20
11 Passivos contingentes.....	20
12 Patrimônio líquido.....	20
13 Outros ingressos operacionais.....	21
14 Dispêndios administrativos.....	22
15 Dispêndios de pessoal e honorários	22
16 Resultado não operacional.....	22
17 Seguros contratados	22
18 Instrumentos financeiros	23
19 Partes relacionadas.....	23
20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	23



Moore Prisma Auditores e
Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e
Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO**
João Monlevade MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Estrutura de gerenciamento de riscos em implantação

A Cooperativa está enquadrada no Segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017, e deve implementar estrutura simplificada de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (crédito, mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária, operacional, continuidade de negócios, liquidez, socioambiental e gerenciamento de capital), de acordo com a complexidade e o porte da Cooperativa. A estrutura de gerenciamento de riscos deverá ser apta a: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta, devendo ser integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos. Entretanto, conforme nota explicativa 20, a Cooperativa se desfiliou da Sicoob Central Cecremge e sua estrutura de gerenciamento de risco encontra-se em fase de implantação nesses moldes.

Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, datado de 18 de fevereiro de 2020, continha a ênfase sobre a desfiliação da Cooperativa junto ao Sicoob Central Cecremge que desde sua desfiliação deixou de utilizar a estrutura centralizada de gerenciamento de risco e de capital do Sicoob.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de janeiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S "MG"

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Hélio Mazzi Júnior', written over a faint grid background.

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S "MG"

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		1.731.786	1.639.400	Circulante		853.148	448.915
Disponibilidades	3	39.965	18.988	Depósitos e demais instrumentos financeiros	9	600.274	254.885
Instrumentos financeiros				Depósitos	10	252.874	194.030
Títulos e valores mobiliários	4	1.080.148	357.601	Outras obrigações			
Operações de crédito	5	603.345	1.233.159	Patrimônio líquido	12	3.975.648	4.263.381
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(310.365)	(224.412)	Capital social		2.628.759	2.805.171
Outros créditos	7	317.511	252.387	Reserva de sobras		1.362.953	1.382.953
Outros valores e bens		1.182	1.677	Sobras acumuladas		(36.064)	75.257
Não circulante		3.097.010	3.072.896				
Realizável a longo prazo							
Instrumentos financeiros							
Operações de crédito	5	1.397.658	1.132.710				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(167.557)	-				
Outros créditos	7	8.011	-				
Imobilizado de uso, líquido	8	1.858.898	1.940.186				
Total do ativo		4.828.796	4.712.296	Total do passivo e patrimônio líquido		4.828.796	4.712.296

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

		2020		2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		565.999	1.180.049	1.202.394
Operações de crédito	5	564.573	1.177.757	1.194.594
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	4	1.426	2.292	1.228
Ingressos de depósitos intercooperativos		-	-	6.572
Dispêndios da intermediação financeira		(399.789)	(586.019)	(562.355)
Operações de captação no mercado	9	(3.456)	(7.672)	(10.779)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		-	-	(32.744)
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(196.801)	(293.236)	(517.637)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6b	(199.532)	(285.111)	(1.195)
Resultado bruto da intermediação financeira		166.210	594.030	640.039
Outros ingressos operacionais	13	330.169	530.187	575.872
Outros (dispêndios) operacionais		(587.578)	(1.201.740)	(1.374.424)
Dispêndios administrativos	14	(223.129)	(457.652)	(592.992)
Dispêndios de pessoal e honorários	15	(300.369)	(615.392)	(652.964)
Dispêndios de depreciação		(61.470)	(119.892)	(121.315)
Outros dispêndios operacionais		(2.610)	(8.804)	(7.153)
Resultado operacional		(91.199)	(77.523)	(158.513)
Resultado não operacional	16	10.979	41.459	252.584
Sobra líquida do exercício		(80.220)	(36.064)	94.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Perda/sobra líquida dos exercícios	(80.220)	(36.064)	94.071
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	(80.220)	(36.064)	94.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Perdas/sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.833.583	1.373.546	23.663	4.230.792
Destinação para o FATES	-	-	(20.000)	(20.000)
Aumento de capital com sobras	3.663	-	(3.663)	-
Integralizações de capital	400.920	-	-	400.920
Devoluções de capital	(432.995)	-	-	(432.995)
Sobra líquida do exercício	-	-	94.071	94.071
Destinação da reserva legal	-	9.407	(9.407)	-
FATES - cooperados	-	-	(9.407)	(9.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.805.171	1.382.953	75.257	4.263.381
Destinação para o FATES	-	-	(45.154)	(45.154)
Aumento de capital com sobras	30.103	-	(30.103)	-
Integralizações de capital	355.991	-	-	355.991
Devoluções de capital	(562.506)	-	-	(562.506)
Perda do exercício	-	-	(36.064)	(36.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.628.759	1.382.953	(36.064)	3.975.648

	Capital social	Reserva legal	Perdas/sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2020	2.762.115	1.382.953	44.156	4.189.224
Integralizações de capital	182.119	-	-	182.119
Devoluções de capital	(315.475)	-	-	(315.475)
Perda do exercício	-	-	(80.220)	(80.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.628.759	1.382.953	(36.064)	3.975.648

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	96.434	266.096	(580.419)
Sobra ajustada do semestre/exercícios	377.583	662.175	734.218
Sobra líquida do exercício	(80.220)	(36.064)	94.071
Provisão para perdas em operações de crédito	196.801	293.236	517.637
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	199.532	285.111	1.195
Depreciações e amortizações	61.470	119.892	121.315
Redução (aumento) nos ativos	(681.042)	(755.158)	(1.054.951)
Títulos e valores mobiliários	(662.843)	(722.547)	(305.933)
Operações de crédito	(1.391)	45.955	(595.296)
Outros créditos e outros valores e bens	(16.808)	(78.566)	(153.722)
Aumento (redução) nos passivos	399.893	359.079	(259.686)
Depósitos	369.269	345.389	143.045
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(388.220)
Outras obrigações	30.624	13.690	(14.511)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(27.454)	(38.604)	544.208
Aumento de investimentos	-	-	578.554
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(27.454)	(38.604)	(34.346)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(133.356)	(206.515)	(32.075)
Integralizações de capital	182.119	355.991	400.920
Devoluções de capital	(315.475)	(562.506)	(432.995)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(64.376)	20.977	(68.286)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.341	18.988	87.274
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	39.965	39.965	18.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. – CREDIBELGO

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro Mecânicas de João Monlevade Ltda. - CREDIBELGO (Cooperativa), foi constituída em 4 de junho de 1967, está sediada na Rua Louis Ensck, 314, Bairro Alvorada, em João Monlevade MG e adquiriu personalidade na data de 9 de outubro de 1968, através do registro sob o nº 24.235.459/0001-32.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que concordem com o Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas. Podem associar-se também os empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais; empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades cujo capital a Cooperativa participe; aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação; pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal; pensionistas de associados vivos ou de falecidos que preenchiam as condições estatutárias de associação; e pessoas jurídicas sem fins lucrativos e as controladas por associados pessoas físicas.

No exercício de 2019, a Cooperativa realizou o processo de desfiliação junto ao Sicoob Central Ccremge e firmou o Termo de Convênio de Prestação de Serviços com a mesma, para assessoria, consultoria, todavia a Cooperativa não utiliza mais a estrutura centralizada de monitoramento de gestão de riscos e de capital.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN) e está enquadrada no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017. Na data-base, a Cooperativa possuía a Sede, e 597 cooperados ativos.

Em razão da Pandemia do CORONAVIRUS, a Credibelgo, de acordo com sua Estrutura adotou imediatas ações que minimizaram os impactos e visaram atender as necessidades básicas e fundamentais na redução dos riscos à saúde e segurança, dos Diretores, Conselheiros, Funcionários e Associados.

Sabendo que a prevenção deve ser feita por ações simples que não impactam a rotina da cooperativa, foram tomadas ações/medidas de segurança seguindo os Protocolos dos Decretos Municipais, Estaduais, Federais e orientações da entidade conveniada

Ao mesmo tempo procuramos manter nossas operações ativas, essenciais para o atendimento do nosso quadro social e a manutenção dos negócios da cooperativa. Tivemos um grande impacto em relação a carteira de crédito da Credibelgo, com uma significativa redução dos valores de empréstimo, aumento do provisionamento do risco de crédito e conseqüentemente da inadimplência.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;

- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 15 de janeiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações, no ativo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.10 Depósitos

Os depósitos a prazo e de poupança pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.12 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	39.965	18.988

4 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2020	2019
Fundos de investimentos	1.080.148	357.601

Trata-se de recursos investidos em títulos de renda fixa emitidos por instituição financeira de primeira linha. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 2.292 (R\$ 1.228 em 2019).

5 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	603.345	1.397.658	2.001.003	1.233.159	1.132.710	2.365.869

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos de operações de crédito, rendas no montante de R\$ 1.177.757 (R\$ 1.194.594 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	9.552	1.476.867	1.486.419	-	1.508.622	1.508.622
B	1	42.791	121.161	163.953	86.767	136.841	223.608
C	3	19.263	34.535	53.798	81.000	93.870	174.870
D	10	5.758	8.905	14.664	73.662	46.399	120.061
E	30	6.661	63.861	70.521	52.203	32.202	84.405
F	50	9.041	42.519	51.560	114.190	24.086	138.276
G	70	13.899	58.219	72.118	33.937	13.732	47.669
H	100	7.815	80.156	87.971	30.434	37.924	68.358
		114.780	1.886.223	2.001.003	472.193	1.893.676	2.365.869

c Composição do não circulante por ano de vencimento

<u>Ano</u>	<u>2020</u>
2022	311.612
2023	456.172
2024	316.928
2025	312.946
	<u>1.397.658</u>

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 590.380 (R\$ 621.190 em 2019). Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 189.148 (R\$ 98.592 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais (nota 12).

6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2020		2019
	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(197.542)	(167.557)	(197.542)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(280.380)	-	(280.380)
	(477.922)	(167.557)	(477.922)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	2020	2019
Saldo inicial	(224.412)	(291.533)
Créditos baixados para prejuízo	158.339	300.233
Constituição da provisão	(578.347)	(518.832)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 13)	166.498	285.720
Saldos finais	(477.922)	(224.412)

7 Outros créditos

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Impostos e contribuições a compensar	27.228	-	27.228	-
Devedores por depósitos em garantia	-	8.011	8.011	-
Títulos e créditos a receber (i)	280.380	-	280.380	239.032
Devedores diversos	9.903	-	9.903	13.355
	317.511	8.011	325.522	252.387

- (i) Refere-se a títulos e créditos a receber pela venda da antiga Sede da Cooperativa e 100% provisionado, conforme nota 6.

8 Imobilizado de uso, líquido

Descrição	Taxa anual de depreciação	2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	110.000	-	110.000	110.000
Instalações	4%	1.672.606	(158.475)	1.514.131	1.623.469
Móveis e equipamentos de uso	10%	327.463	(127.272)	200.191	163.149
Outros imobilizados de uso	De 10 % a 20%	92.347	(57.771)	34.576	43.568
		2.202.416	(343.518)	1.858.898	1.940.186

9 Depósitos

Descrição	2020	2019
Depósitos a prazo	600.274	254.885

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 7.672 (R\$ 10.779 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

10 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	-	891
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	7.621	9.407
Quotas de capital a pagar	186.072	115.458
	193.693	124.865
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	19.427	18.231
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	33.349	41.610
Credores diversos no País	6.405	8.433
	39.754	50.043
	252.874	194.030

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 12b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

11 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

12 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 597 e 652 cooperados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 355.991 (R\$ 400.920 em 2019), e também ocorreram devoluções em 2020, no montante de R\$ 562.506 (R\$ 432.995 em 2019) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 2.682.759 e de R\$ 2.805.171 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Perda/sobra dos exercícios, base de cálculo e destinações	(36.064)	94.071
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	-	(9.407)
FATES (ii)	-	(9.407)
Perda/sobras à disposição da Assembleia Geral	(36.064)	75.257

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (ii) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 10(i)).

c Perda/sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). A perda apurada deve ser, conforme deliberação da AGO, absorvidas com utilização de recursos provenientes do saldo existente em Reserva legal e rateado entre os cooperados quando insuficiente o saldo de Reserva legal, conforme Circular BACEN nº 3.314/2006.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de março de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019, para o FATES (R\$ 45.154) e aumento de capital social (R\$ 30.103).

13 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	118.927	189.148	98.592
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	123.908	166.498	285.720
Contribuição para funcionamento	48.941	97.216	105.184
Recuperação de encargos e despesas	38.393	53.278	33.768
Rendas cooperativa Conveniada	-	23.992	44.820
Outras rendas operacionais	-	55	7.788
	330.169	530.187	575.872

14 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	(47.420)	(90.356)	(116.964)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(43.997)	(88.773)	(85.229)
Serviços técnicos especializados	(32.016)	(64.672)	(66.399)
Serviços do sistema financeiro	(27.955)	(54.899)	(64.300)
Manutenção, conservação de bens e material	(21.322)	(33.644)	(33.676)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(6.864)	(20.217)	(21.837)
Promoções e relações públicas	(400)	(16.919)	(61.597)
Comunicações	(6.486)	(15.770)	(31.188)
Água, energia e gás	(4.469)	(9.279)	(10.214)
Viagem no país	-	(1.237)	(10.664)
Outros	(32.200)	(61.886)	(90.924)
	(223.129)	(457.652)	(592.992)

15 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(135.068)	(274.774)	(331.609)
Honorários e cédulas de presença	(98.261)	(196.194)	(163.232)
Encargos sociais	(63.416)	(134.957)	(145.176)
Benefícios a empregados	(3.624)	(9.467)	(12.947)
	(300.369)	(615.392)	(652.964)

16 Resultado não operacional

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Ganhos de capital	10.888	41.349	262.184
Outras rendas não operacionais	91	110	46
	10.979	41.459	262.230
Despesas não operacionais			
Outras despesas não operacionais	-	-	(9.646)
	10.979	41.459	252.584

17 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	62.901	71.014
Passivo		
Depósitos a prazo	11.476	22.717
Benefícios:		
Honorários	135.952	112.958
Cédulas de presença	26.480	19.108

20 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. Afim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implantação e visa assegurar a solidez e perenidade da Cooperativa. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados.

José Geraldo de Souza
Diretor Presidente
CPF 228.529.646-00

Delci Sergio do Couto
Contador CRC: 23.550
CPF 119.164.606-82

Carlos Geraldo da Silva
Diretor Financeiro e responsável pela área contábil
CPF 247.307.006-78

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15° Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Credibelgo – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletro-Mecânicas de João Monlevade Ltda, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional:

Em 04 de junho de 2020, a Credibelgo completou 53 anos de existência, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados:

No exercício de 2020, a Credibelgo apresentou o resultado de prejuízo contábil do valor de R\$ 36.063,66 e a sua principal causa foi o crédito vencido e não recebido proveniente da venda de sua antiga sede, do valor de R\$ 280.380,31 e cujo valor encontra-se integralmente registrado como perda e trouxe reflexo negativo de igual valor na apuração de seu resultado.

Ativos:

Os recursos aplicados no mercado financeiro, através do Banco Santander Brasil e Caixa Econômica Federal, somaram R\$ 1.080.147,97. Por sua vez a carteira de créditos de empréstimos representava R\$ 2.001.003,06 e de crédito a receber proveniente da venda de sua antiga sede representava R\$ 280.380,31. A sua carteira de crédito de empréstimos encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 2.001.003,06	100%
--------------------	------------------	------

Os Vinte Maiores Devedores, no valor de R\$ 540.214,87 representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 26,99% da carteira total de R\$ 2.001.003,06.

3. Captação

As captações, no total de R\$ 600.273,45 apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior, encerrado em 31/12/2019, de 135,51%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:



CREDIBELGO

Depósitos a Prazo

R\$.600.273,45

100%

Os Vinte Maiores Depositantes, no valor de R\$ 592.950,75 representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 98,78% da captação total de R\$ 600.273,45.

4. Patrimônio de Referência:

O Patrimônio de Referência da CREDIBELGO em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.975.648,27. O quadro de associados era composto por 597 Cooperados, havendo um decréscimo de 9,212 % em relação ao período de 31/12/2019, que era de 652 associados.

5. Política de Crédito:

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A CREDIBELGO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

6. Governança Corporativa:

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal:

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

8. Código de Ética:

Todos os integrantes da equipe da CREDIBELGO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação



CREDIBELGO

Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Sistema de Ouvidoria:

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da CREDIBELGO não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

10. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop:

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



CREDIBELGO

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos:

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

João Monlevade, 14 de janeiro de 2021.

José Geraldo de Souza – Diretor Presidente

Reginaldo Braz – Diretor Administrativo

Carlos Geraldo da Silva – Diretor Financeiro

Flávio Mansueto de Lima – Conselheiro

Natália Cristina Oliveira Martins – Conselheira

Blessim Fiurete de Almeida - Conselheiro

Stênio Pereira de Carvalho – Conselheiro

José Geraldo de Souza – Diretor Presidente

Reginaldo Braz - Diretor Administrativo

Delci Sergio do Couto - Contador – CRC/MG nº 23.550